

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

RECEPÇÃO DO PENSAMENTO DECOLONIAL NO BRASIL: UMA PESQUISA EM CONSTRUÇÃO

SANTOS, Silmária Reis¹

Resumo:

Resultante de uma pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida na Universidade Federal da Bahia no curso de História, este ensaio tem como objetivo apresentar uma pequena parte resultante da análise de seis artigos que dizem respeito a relação da teoria decolonial com as questões de gênero e feminismos. Nesse sentido, busco traçar um panorama em torno da recepção do pensamento decolonial no Brasil como forma de compreender não só os usos da teoria no seu sentido amplo, mas também seus sujeitos, suas relações com o contexto político, temporalizações, espaços, objetos de pesquisa, etc. Como resultado da análise dessa produção historiográfica, percebe-se que as pesquisas que tratam precisamente de uma história da historiografia feminista, que foi invisibilizada na produção acadêmica épocas passadas, atualizam uma discussão de luta pelo conhecimento histórico e com isso trazem novos conceitos para refletir o campo da História. Todavia, as pesquisas que dialogam com o pensamento decolonial, gênero, feminismos e o campo da História, ainda são consideradas incipientes se comparada ao campo das ciências sociais, pela dificuldade da autocrítica dos historiadores(as) em problematizar essa dependência epistêmica da historiografia eurocêntrica.

Palavras-chave: decolonialidade; historiografia; gênero; feminismos.

1. Pensamento decolonial: uma vertente teórica em crescimento no Brasil.

Criado em 1992 e influenciados, a princípio, pelo *Subaltern Studies* (Índia)², o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos de pesquisadores latino-americanos (Ileana Rodríguez, José Rabasa, Javier Sanjinés, W. Mignolo, N. Maldonado-Torres, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, entre outros (as)) tinha como objetivo questionar os

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal da Bahia. Bolsista CNPq. E-mail: silreis.reis@gmail.com/ silmaria.unesp@live.com.

² Fundado na década de 1970 o grupo tinha como principais integrantes por Ranajit Guha, P. Chatterjee, D. Chakrabarty, G. Spivak e Homi Bhabha. Também formados nas universidades europeias, estes pesquisadores, fizeram a crítica ao eurocentrismo na historiografia indiana, levando suas perspectivas teóricas para as universidades da Europa. Segundo sociólogo Paulo Henrique Martins os decoloniais latino-americanos também sofreram influência destes pensadores pós-coloniais. Para o autor “o giro linguístico, gerado na esteira dos debates sobre o pós-moderno, sobre o pós-estruturalismo e sobre os estudos coloniais, contribuiu decisivamente para a organização do pensamento decolonial” (MARTINS, 2019, p. 3).

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

discursos articulados pautados no projeto moderno na política, na economia, na cultura e na ciência pelos países centrais e autodenominados hegemônicos. No entanto, dada as discordâncias teóricas interna, em 1998, o grupo se desmembrou e alguns pesquisadores formaram o Grupo Modernidade/Colonialidade, que teve um dos principais fundadores Walter Mignolo. Uma das críticas de W. Mignolo ao antigo grupo foi em relação ao imperialismo dos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos nas pesquisas, pois alguns dos pesquisadores não realizaram uma ruptura adequada com os autores eurocêntricos, sobretudo, com a teoria pós-estruturalista (BALLESTRIN, 2013).

O grupo Modernidade/Colonialidade, desde então, passou a abranger boa parte das pesquisas que compunham essa crítica construtiva e de oposição ao projeto moderno europeu. Em outras palavras, trata-se da produção de um projeto antissistêmico que possa transcender os valores e as promessas da modernidade como um projeto civilizatório e da construção de um horizonte civilizatório distinto com novos valores e novas relações que comunalizem o poder (GROSFOGUEL, 2019, p. 65).

Se na historiografia de alguns países latino-americanos há um marco inicial dos debates em torno do pensamento decolonial a partir da década de 1990, no Brasil, também há uma trajetória de recepção desses estudos referenciados no âmbito da disciplina de História que apontam para o início do século XXI.

A princípio, a inserção da teoria crítica decolonial na historiografia brasileira deu-se no campo das ciências sociais no início do século XXI, e a introdução em outros campos disciplinares pode ter ocorrido com a aproximação política e econômica dos países latino-americanos no início deste século e, conseqüentemente, com as aproximações das instituições acadêmicas, o que refletiu na produção científica no Brasil³. Outro fator de proximidade pode estar nas semelhanças das experiências históricas. Por se tratar de concepções teóricas que visam olhar saberes e conhecimentos periféricos, e por algumas de nossas experiências históricas serem análogas aos de países

³ Podemos pensar na política de integração dos países latinos com o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) no final do século XX e a intensificação dessa aproximação com o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir de 2003, o que resultou até na criação de uma universidade, a UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana).

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

vizinhos no âmbito do processo de colonização e colonialidade, essas teorias contemplam um olhar mais aguçado sobre nossas vivências.

Nilma Lino Gomes reconhece essa abrangência na produção científica brasileira na atualidade como um processo de mudança do olhar da ciência sobre a realidade, em considerar outras categorias e dimensões das experiências históricas para além dos aspectos socioeconômicos⁴. Segundo a autora:

Aos poucos, pesquisadores e pesquisadoras oriundos de diferentes grupos sociais e étnico-raciais e/ou comprometidos com esses setores sociais começam a se inserir de maneira mais significativa nas diferentes universidades do país, sobretudo as públicas, e desencadeiam um outro tipo de produção do conhecimento. Um conhecimento realizado ‘por’ esses sujeitos que, ao desenvolverem suas pesquisas, privilegiam a parceria ‘com’ os movimentos sociais e extrapolam a tendência ainda hegemônica no campo das ciências humanas e sociais de produzir conhecimento ‘sobre’ os movimentos e os seus sujeitos. (GOMES, 2010, p. 494).

Ainda assim, não podemos esquecer dos estudos descoloniais no campo de pesquisa brasileiro. Houve e há gerações de intelectuais que dinamizaram/dinamizam o olhar científico para além de uma visão eurocentrada, androcêntrica e branca. Suas contribuições, mesmo muitas vezes invisibilizadas por uma historiografia hegemônica, têm retornado como referências nas pesquisas atuais, a exemplo de autores como Lélia Gonzales, Maria Beatriz Nascimento, Abadias do Nascimento, Guerreiro Ramos, etc.

Como forma de fortalecer as perspectivas descoloniais, percebe-se que as pesquisas nas áreas das ciências humanas no Brasil têm aderido à teoria crítica decolonial dando novo enfoque a essa vigência historiográfica, logo, tais ações no campo de pesquisa da História devem ser investigadas. Deste modo, este trabalho apresenta uma pequena parte da minha pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida, na qual diz respeito

⁴ É importante ressaltar das leis criadas a partir dos anos 2000 fruto dos movimentos sociais negros e indígenas no século anterior, como a lei 10. 639/2003 e a lei 11. 645/2008 que instituem no ensino educacional a cultura afro-brasileira e indígena nos currículos, o que intensificou ainda mais os debates. Em outras palavras, essas ações “criaram a atmosfera político-intelectual para uma revisão da história brasileira em suas relações étnicorraciais” (TRAPP, 2019, p. 57).

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

a relação da teoria decolonial com as questões de gênero e feminismos. Como tem se dado tal relação na historiografia brasileira?

Espera-se, portanto, que esta pesquisa possa contribuir com as mais recentes abordagens em torno dessa atmosfera historiográfica acerca da teoria crítica decolonial e os efeitos e consequências que ela tem trazido para o campo da História.

2. Pensamento decolonial, gênero e feminismos: encontros possíveis

Uma proposta de reflexão que pode nos auxiliar na análise dos vários artigos que foram catalogados para este trabalho é a História da Historiografia, pois como produto resultante da prática dos(as) historiadores(as), a historiografia reside justamente no estudo do enraizamento das formas de conhecimento do passado no próprio tempo histórico (ARAÚJO, 2013, p. 42-43). Por ser uma subdisciplina que historiciza a ciência da história, numa autorreflexão em seus diversos fenômenos, penso que a inserção do pensamento decolonial e a diversas teorias feministas nas pesquisas brasileiras nos últimos anos, nos coloca diante de um emaranhado de produções e experiências históricas que têm alargado o olhar do campo disciplinar da História para outras concepções. Nesse sentido, é válido compreender essas transformações no nosso campo.

A teoria crítica decolonial, em concomitância com as questões de gênero e feminismos, vêm sendo um dos enfoques da nossa discussão historiográfica atualmente. É uma das premissas para tal discussão se dá a partir de um debate conceitual entre os decoloniais latinos.

Um dos principais integrantes é o peruano Aníbal Quijano que desenvolveu o conceito de “colonialidade do poder” definido como um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista, no qual impõe uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular do referido padrão de poder e opera em diferentes meios e dimensões da vida cotidiana (QUIJANO, 2010, p. 84).

É nessa definição de Quijano que a argentina Maria Lugones, ingressante do movimento nos anos 2000, levanta sua principal crítica em torno da questão de gênero para o pensamento decolonial. Mesmo ressaltando a importância do pensamento de A.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Quijano para os estudos decoloniais, ela entende que a visão marxista que o autor tem sobre a discussão de gênero é hiperbiologizada, i.e., o autor ainda se encontra numa definição dualista homem/mulher, numa perspectiva de “dimorfismo sexual”. Para M. Lugones:

O olhar de Quijano pressupõe uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle do sexo e seus recursos e produtos. Quijano aceita o entendimento capitalista, eurocentrado e global de gênero. O marco de análises, enquanto capitalista, eurocentrado e global, vela maneiras em que as mulheres colonizadas, não brancas, foram subordinadas e desprovidas de poder. O caráter heterossexual e patriarcal das relações sociais pode ser percebido como opressivo ao desmascarar as pressuposições desse marco analítico” (LUGONES, 2008, p. 78)⁵.

Em torno dessa crítica a Quijano que a autora propõe o conceito de “sistema Moderno/Colonial de Gênero”, no qual permitirá vermos a imposição da colonialidade histórica e seu alcance destrutivo em torno da submissão de homens e mulheres de cor em todos os âmbitos da existência (LUGONES, 2008). É dessa perspectiva de M. Lugones que os artigos brasileiros fazem o uso do pensamento decolonial.

Numa perspectiva geral, os artigos que foram analisados fazem um debate historiográfico e trazem experiências de mulheres militantes e acadêmicas. Das autoras mais citadas nas referências têm-se Lélia Gonzales, Maria Beatriz Nascimento, Angela Davis, bell hooks, Joan Scott, María Lugones, Patrícia Hill Collins, Glória Anzaldúa, Kimberlé Crenshaw, Judith Butler, Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro, Audre Lorde, Spivak, Silvia Cusicanque, Catherine Walsh, Avtar Brah, entre outras, tidas assim, como base para pensar as categorias de raça, classe e gênero, sexualidade na historiografia feminista.

⁵ Trecho original: “*La mirada de Quijano presupone una comprensión patriarcal y heterossexual de las disputas por el control del sexo y sus recursos y productos. Quijano acepta el entedimiento capitalista, eurocentrado y global de género. El marco de análisis, em tanto capitalista, eurocentrado y global, vela las maneras en que las mujeres colonizadas, no-blancas, fueron subordinadas y desprovistas de poder. El carácter heterossexual y patriarcal de las relaciones sociales puede ser percebido como opressivo al desenmascarar las presuposiciones de este marco analítico*” (LUGONES, 2008, p. 78, tradução minha).

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Estas autoras partem de diferentes nacionalidades, culturas e posicionamentos teóricos, mas têm se encontrado nas reflexões de nossas pesquisas, seja num debate convergente ou divergente em alguns pontos⁶. Contudo, as discussões se cruzam quando o assunto é o descolonizar das ciências.

Para entendermos o emaranhado desses vários trabalhos, numa primeira dimensão de análise, começaremos com o artigo *Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia* da profa. Maria da Glória de Oliveira publicado na revista *História da Historiografia* (2019). O artigo traz uma revisão historiográfica acerca da presença das mulheres na história intelectual, evidenciando as variadas formas de silenciamento delas nos espaços acadêmicos e na literatura ficcional, como exemplo, os trabalhos de Virginia Woolf Conceição Evaristo, Glória Anzaldúa, Dina Lévi-Strauss, Edith Turner, Helen Pierson, Emília Snethlage, Leolinda Daltro, Heloisa Alberto Torres, Alice P. Canabrava, Cecilia Westphalen, Beatriz Brandão, Simone Vidal Bloch, Luicie Varga, etc.

Tal como enfatizado por Joan Scott (1995), para M. Oliveira a noção de gênero deve ser um aparato crítico dos fundamentos epistêmicos da disciplina de História, a começar pela “irrelevância” dos marcadores de sexo, de raça e de classe social do narrador, i.e., do sujeito da operação historiográfica, em nome de critérios supostamente neutros, objetivos e universais de racionalidade (OLIVEIRA, 2018, p. 117). Nesse sentido, para além de uma crítica às premissas do pensamento da ciência histórica, a

⁶ Um exemplo é a crítica que algumas autoras decoloniais fazem a autoras pós-coloniais quanto a continuidade dos padrões hegemônicos eurocentricos de interpretação da história. Como Ochy Curiel faz aos estudos subalternos indiano. Para esta autora, “Apesar das novas tendências dos estudos subalternos, os estudos culturais e os estudos pós coloniais, com suas diferenças e nuances, tem aberto possibilidades de que vozes silenciadas comecem a converterse em referências e em propostas de pensamentos questionando o viés elitista da produção acadêmica e literária, não deixo de perguntar que tanto os chamados estudos subalternos, pós-coloniais ou culturais realmente descentralizam o sujeito que pretendem? Não será que estes novos discursos apelam ao que se assume como marginal ou o subalterno para obter créditos intelectuais incorporando ‘o diferente’ como estratégia de legitimação? Tais perguntas me surgem porque estes apontamentos saem de acadêmicos norte-americanos e britânicos [...]. Portanto, o viés colonial e androcêntrico segue sendo característica deste pensamento” (CURIEL, 2007, p. 93 apud CAVALCANTI, M. 2020, p. 197).

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

autora, mesmo sem mencionar o conceito, traz à tona o fator da “interseccionalidade”, as relações de classe, raça, sexo, gênero, etc, que deve abarcar os estudos históricos.

Ainda no bojo da crítica aos fundamentos da escrita da História, o artigo de Maria Clara Martins Cavalcanti *Gênero e a escrita da história: reflexões sobre feminismo, raça e a crítica à colonialidade* publicado na revista *Em Perspectiva* (2020) não difere das reflexões de Maria da Glória de Oliveira ao ressaltar as permanências das opressões coloniais na escrita da história. Porém, M. Cavalcanti se atém as reflexões de autoras feministas latino-americanas como Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, aproximado seus discursos às teóricas feministas decoloniais como Ochy Curiel, Maria Lugones, Gloria Anzaldúa e Yuderkys Espinosa-Miñoso, e a pós-colonial indiana Gayatri Spivak, além da reflexão de Anne McClintock. Para M. Cavalcanti, mesmo com as divergências, particularidades e especificidades dos trabalhos dessas autoras, é preciso reconhecer as características comuns das experiências dessas mulheres não-brancas na América Latina, sobretudo por ressaltarem, frequentemente, a urgência de marcadores sociais de raça, classe, gênero, nacionalidade, sexualidade, etc. na agenda dos feminismos contemporâneo (CAVALCANTI, 2020, p. 194).

No que diz respeito a teoria crítica decolonial, tanto Oliveira (2018) quanto Cavalcanti (2020) veem tais reflexões como perspectiva crítica para adentrar as discussões das experiências históricas e políticas, “como uma espécie de moldura e horizonte crítico para compreensão da invisibilidade das mulheres como intelectuais” (OLIVEIRA, 2018, p. 107) ou como campo epistêmico da História crítico a monopolização das narrativas hegemônicas presentes pelo imperialismo e pelas práticas coloniais, imbricando categorias sociais como raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, etc. na análise da construção das representações e das narrativas históricas (CAVALCANTI, 2020, p. 191-197).

Numa proposta de discussão conceitual, o artigo de Ana Maria Veiga *Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates* publicado na revista *Tempo e Argumento* (2020) e o artigo de Ana Paula J. Martins Afonso *Terrorismo de gênero:*

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

estratégias às violências epistêmicas a partir de um debate decolonial global publicado na revista *Caminhos da História* (2020) trazem uma discussão voltada ao que Muniz Sodré (2021) denomina como “ponto de vida”, i.e., a experiência do próprio pesquisador(a) na escrita da História, o que coloca em voga a sua subjetividade.

Ana Maria Veiga traz em seu artigo toda uma contribuição de intelectuais e pesquisadoras negras brasileiras como Carla Akotirene, Lélia Gonzalez, Giovana Xavier, Conceição Evaristo, e estadunidenses Angela Davis, Audre Lorde, Kimberlé Crenshaw, bell hooks, Patrícia H. Collins, entre outras autoras, apresentando seus “pontos de vida” para a narrativa histórica, suas experiências no âmbito das academias universitárias e nos movimentos sociais, uma vez que para Veiga “O ativismo do feminismo negro acadêmico nunca será somente acadêmico, pois finca suas raízes nos movimentos sociais e nas relações com a ancestralidade (VEIGA, 2020, p. 11). Como exemplo dessa subjetivação na escrita, a autora cita como referência as perspectivas de Conceição Evaristo e o seu conceito de “escrevivência”, que diz respeito às vivências singulares e coletivas das mulheres negras, e Patrícia Hill Collins que ressalta que “com essa intelectual vem a proposta de uma linguagem mais efetiva e direta, endereça outras mulheres. Passamos a usar o ‘eu’ trazendo aquilo que é meu e que se refere a mim e a nós” (VEIGA, 2020, p. 17).

Como ponto teórico de reflexão, A. Veiga considera a virada epistêmica feminista negra das últimas décadas, sobretudo a partir da criação dos conceitos de inteseccionalidade e decolonialidade, fundamental para os desafios da história e historiografia do tempo presente.

Quanto a teoria crítica decolonial, como uma teoria que se relaciona diretamente com a realidade histórica latino-americana, são citadas Maria Lugones e Glória Anzaldúa, autoras decoloniais que “dão maior complexidade à elaboração teórica sobre interseccionalidades nos territórios latino-americano e chicano (VEIGA, 2020, p. 26). A primeira teorizando sobre “colonialidade do gênero” destrinchando as premissas da colonialidade na formação do imaginário social em torno da questão de gênero

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

(homem/mulher), como já abordamos anteriormente, e a segunda sobre a “consciência mestiça” (“*mestiza*”) ou “pensamento de fronteira”, de mulheres descendentes indígenas e mexicanas, arraigadas também pela cultura do branco. Para G. Anzaldúa, *la mestiza* aprende a equilibrar as culturas, “tem uma personalidade plural opera de modo pluralístico. [...] Não apenas sustenta contradições como também transforma a ambivalência em uma outra coisa” (COSTA; ÁVILA, 2005, p. 706). A autora ainda prevê que em alguns séculos “o futuro pertencerá a *mestiza*, porque o futuro depende da quebra de paradigmas, depende da combinação de duas ou mais cultura” (COSTA; ÁVILA, 2005, p. 707, grifo dos autores).

A perspectiva de G. Anzaldúa talvez seria uma outra concepção para pensar as diferenciações e embates em torno dos vários feminismos em disputa. Se por um lado o feminismo negro trouxe uma importante contribuição em torno do conceito de “interseccionalidade” para pensar as conexões entre os marcadores sociais, penso que a ideia de um “pensamento mestiço”, para nossa realidade afro-americana, pode ser um fator de reflexão e convergência para encontros de feminismos outros.

Já Ana Paula M. Afonso, traz uma discussão sobre o feminismo na concepção de “abordagens concorrentes” (CONRAD, 2019 apud AFONSO, 2020, p. 71) de forma conectada, cruzada, transnacional, comparada, portanto, global. A. Paula Afonso entende que “os feminismos subalternos e estudos pós-coloniais e decoloniais apresentam uma variedade de possibilidades teórico-metodológicas para o ofício dos historiadores” (AFONSO, 2020, p. 71), bem como são abordagens críticas à historiografia hegemônica do “Norte Global”⁷. Como exemplo de apresentação de experiência subalterna, faz referência a tomada dos estudos de Gayatri Spivak na obra “*Pode um subalterno falar?*” e a uma entrevista da cantora e atriz Linn da Quebrada que se autointitula como “terrorista de gênero”, i.e., alguém que foge dos padrões de gênero determinados socialmente e

⁷ O termo é utilizado pela socióloga australiana Raewyn Connell para abordar a geopolítica do conhecimento na historiografia mundial, onde, segundo a autora, “o processo de conhecimento estão concentradas principalmente nas instituições de elite do Norte global” (CONNELL, 2012, p. 10), referência aos países do centro europeu e da América do Norte.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

utiliza sua música como “arma” de politização. Para A. Afonso, a ideia de “terrorismo” é pensada como estratégia potente de resistência contra as investidas da colonialidade dos corpos e do poder, para análise dos acontecimentos históricos, esta concepção contribui na medida que viabiliza novas formas de vida (AFONSO, 2020, p. 84). Deste modo, a autora entrelaça as teorias descoloniais aos aspectos de anticolonialismo evidenciados na fala da cantora.

Percebe-se que A. Afonso se vale de um termo fora do *ethos* acadêmico e da história intelectual. O termo utilizado por Linn da Quebrada se torna um vetor de reflexão de contraposição a estipulada ideia de gênero intrínseca a lógica hegemônica androcêntrica, do binômio homem/mulher. Esse exemplo parece ser uma perspectiva que poderá ser adotada por diferentes pesquisadores(as), ao trazer tais experiências para o campo da discussão histórica.

O trabalho de Daniel dos Santos *Problema de gênero dos homens negros: masculinidades negras através das perspectivas do pensamento feminista negro e decolonial* publicado na revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) em 2019, foge um pouco da discussão em torno de pensar gênero a partir da autoria feminina, no entanto, pensa os problemas das masculinidades negras a partir do pensamento feminista negro e da teoria decolonial.

Ao fazer uma crítica ao debate em torno do conceito de cultura a partir da antropologia tradicional (Franz Boas), o autor traz toda a contribuição da obra da antropóloga norte-americana Margaret Mead *Sexo e Temperamento* (1930) que descreve três etnias africanas (Arapesh, Mundugumor e Tchambuli), nas quais “perturbam de maneira significativa os padrões culturais ocidentais” (SANTOS, 2019, p. 74) de gênero em seus binarismos e normatividade. Isso porque, nessas etnias, há comportamentos de coesão social pacífico entre homens e mulheres (Arapesh), visceralidade bélica e antropofágica (Mundugumor) e a “inversão” dos papéis sociais (Tchambuli). Mesmo sendo uma obra publicada anterior as discussões de gênero, segundo D. Santos, a autora é uma das pioneiras em problematizar masculinidades negras na teoria feminista e não-

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

ocidental, ainda que a leitura de M. Mead tenha um olhar “outrificador e exotificador” (SANTOS, 2019, p. 75).

Para pensar os problemas de gênero e das masculinidades negras na nossa sociedade atual, o autor retoma ao princípio dessas causas no argumento de bell hooks (1995). Para esta autora, o processo de desumanização de homens e mulheres negras deve-se ao sistema colonial escravocrata, além de serem posicionados de maneira ambígua e complexa em hierarquias de poder atravessadas por marcadores sociais da diferença de raça, classe e gênero (SANTOS, 2019, p. 7). Mediante esse argumento, D. Santos também traz toda uma crítica as teorias feministas de matrizes brancas e europeias que acabaram por reforçar essas práticas explicitadas por b. hooks, dos problemas inter-raciais, sobretudo ao reforçar o mito do homem “negro estuprador”.

Outra intelectual importante citada por D. Santos que reforça essa crítica é a filósofa e ativista Angela Davis, ao ressaltar que o sistema patriarcal favoreceu, de certa forma, os homens negros no pós-abolição como práticas masculinistas específicas de invenção da liberdade (SANTOS, 2019, p. 78).

Vê-se que o autor mobiliza uma historiografia de teorias feministas negras e, portanto, converge com os nossos trabalhos aqui apresentados. Levantar exemplos ao longo da história como forma de entender a historicidade e os porquês das consequências das experiências históricas passadas que geraram os problemas da nossa sociedade atual, sobretudo na relação interseccional de raça, classe e gênero, é um viés semelhante desses artigos aqui analisados. Outro ponto comum, é a busca de origem desses problemas sociais, datados, na maioria das vezes, a partir do início da era moderna e, portanto, do processo de colonização, o que dialoga diretamente com as discussões dos(as) pesquisadores decoloniais.

No trabalho de Daniel dos Santos, o tema da decolonialidade aparece a partir do pensamento de Glória Anzaldúa sobre a noção de “fronteira do pensamento feminista chicano” e Maria Lugones acerca da “diferença colonial” e “descolonização de gênero”, já explanados ao longo deste trabalho. Para chegar na reflexão dessas autoras, D. Santos

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

coloca uma pergunta, diz ele: “que lugar interdito é esse e como políticas de emancipação da população negra podem surgir dessa fronteira ambígua e complexa habitada pelas mulheres negras?” (SANTOS, 2019, p. 85).

Para o autor, isso só será possível por meio da compreensão e conscientização das configurações e funcionamentos complexos das matrizes de opressão e com um novo projeto político que contemple demandas de homens e mulheres negras, bem como suas possíveis dissidências sexuais e de gênero no interior das comunidades negras (SANTOS, 2019, p. 93).

O último artigo a ser analisado, é o trabalho de Larissa Costard *Gênero, currículo e pedagogia decolonial: anotações para pensarmos as mulheres no ensino de História*, publicado na revista *Fronteiras e Debates* em 2017. L. Costard, engajada numa perspectiva da “pedagogia decolonial”⁸ (WALSH, 2008), entende que essa prática de descolonização do pensamento, dada as representatividades impostas pela cultura europeia, pode ser possível no processo de ensino e aprendizagem, quando começa-se a questionar a construção social por traz das categorias impostas de gênero. Isso porque, segundo a autora, todas essas dimensões atribuídas à mulher em associação com a biologia foram construídas historicamente num lugar específico, a Europa; num sistema específico, o capitalismo colonial global, logo, “Os papéis de gênero, e o próprio conceito de gênero, não são natureza, não são essência: são relações de poder” (COSTARD, 2017, p. 170).

A princípio, o artigo tem por objetivo discutir os problemas dos currículos escolares com viés eurocêntrico no Brasil e do apagamento das mulheres na representatividade histórica. A concepção da teoria decolonial, na sua argumentação, é uma via de questionamento da origem desses problemas, como abordado em todos os trabalhos aqui apresentados. A ideia de pensar numa “pedagogia decolonial” insere-se nesse sentido,

⁸ Uma propositiva para educação em torno de um pensamento crítico para com a colonialidade, propondo que se crie novas comunidades interpretativas que ajudem a ver o mundo de uma perspectiva “outra”, prezando a interculturalidade. (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 26).

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

uma vez que esta pedagogia tem como objetivo “visibilizar os dispositivos de poder e questionar as ausências de grupos sociais em nossas narrativas sobre a história da humanidade” (COSTARD, 2017, p. 172). Por ser o currículo escolar no Brasil um processo de escolha de docentes, segundo Costard (2017), cabe a esses profissionais inserirem novas narrativas que rompam com uma história única das mulheres e do seu apagamento.

Mais uma vez, percebe-se que a relação de gênero está concomitantemente intrínseca ao processo de colonização. As relações de poder entre o patriarcado branco e heterossexual com os demais grupos sociais de diferentes raças, classes, gênero, culturas, etnias, etc. subalternizou vários grupos ao longo da história. A propositiva desses trabalhos aqui apresentados é questionar a base dos fundamentos excludentes e, para isso, investem na problematização dos fundamentos da ciência histórica vinculada na formação do imaginário social, sobretudo no âmbito escolar.

No campo científico, eles buscam tensionar a discussão em torno de conceitos canônicos engendrados na ciência histórica pouco questionados no âmbito da teoria da história, como lembra Ana Carolina Barbosa Pereira (2018). Para esta autora, diferente das ciências sociais onde o debate sobre a autocrítica em torno da dependência acadêmica no norte global é uma realidade, na História, “antes de superar a dependência, nosso campo exige que enxerguemos e problematizemos a dependência” (PEREIRA, 2018, p. 109).

Essa historiografia feminista descolonial produzida no Brasil está em concomitância com uma historiografia vigente que tem desafiado os fundamentos da História, o que parece ser uma questão central desses trabalhos, não só por apontar as deficiências da produção histórica brasileira, mas também da produção histórica global. Um caminho de desconstrução de padrões hegemônicos que beneficiará diferentes setores da vida humana.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Fontes

AFONSO, Ana Paula Jardim Martins. Terrorismo de gênero: estratégia às violências epistêmicas a partir de um debate decolonial global: Gender terrorism: strategy for epistemic violence from a global decolonial debate. **Revista Caminhos da História**, v. 25, n. 2, p. 69-87, 2020.

CAVALCANTI, Maria Clara Martins. Gênero e a escrita da história: reflexões sobre feminismo, raça e crítica à colonialidade. **Em Perspectiva**, v. 6, n. 1, 2020.

COSTARD, Larissa. Gênero, currículo e pedagogia decolonial: anotações para pensarmos as mulheres no ensino de História. **Fronteiras & Debates**, v. 4, n. 1, p. 159-175, 2018.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 11, n. 28, 2018.

SANTOS, Daniel. Problemas de gênero dos homens negros masculinidades negras através das perspectivas do pensamento feminista negro e decolonial. **Revista ABPN**, v. 11, n. 30, 2019.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. **Revista Tempo e Argumento**, v. 12, n. 29, 2020, p. e0101-e0101,

Referências

ARAÚJO, Valdei Lopes. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 6, n. 12, 2013, p. 34-44.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, 2012, p. 09-20.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença". **Revista Estudos Feministas**, v. 13, 2005, p. 691-703.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, 2002, p. 171-188.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 09, 2008, p. 73-101.

MARTINS, Paulo Henrique. **Teoria Crítica da Colonialidade**. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2019.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em revista**, v. 26, 2010, p. 15-40.

MALDONADO-TORRES, MALDONADO-TORRES, Nelson; COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 9-53.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Revista Tempo e Argumento**, v. 10, n. 24, 2018, p. 88-114.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In. MENESES, M; SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SODRÉ, MUNIZ. Bate-papo sobre o livro “Uma história feita por mãos negras” de Alex Ratts. Disponível em: <https://youtu.be/t-Kb--f3Miw>. Acesso em: 31 jun. 2021.

TRAPP, Rafael P. História, raça e sociedade: notas sobre descolonização e historiografia brasileira. **Revista de Teoria da História—Volume**, v. 22, n. 02, 2019.